



CONTRATO Nº/2024
PAD nº 8404/2023

ANEXO V
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE
SERVIÇOS QUE ENTRE SI FAZEM O
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO
PARANÁ E A EMPRESA

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº da Lei nº 14.133/2021 de 01/04/2021, e demais legislações pertinentes, em conformidade com o edital de licitação do Pregão Eletrônico nº /....., regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, e em consonância com a proposta de preços apresentada, de um lado o:

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob nº 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora Geral, Solange Maria Vieira, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a Empresa:

....., inscrita no **CNPJ sob nº**, com sede na, nº....., bairro, Cidade, UF, CEP:, telefone: (.....), e-mail:, neste ato representada por, portador do CPF nº. ***.....-**, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si ajustado pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 – O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços gráficos de impressão, acabamento, embalagem e entrega de materiais para Eleição, visando atender às necessidades deste Tribunal Regional Eleitoral.

1.2 - A Contratação obedecerá ao estipulado neste contrato, bem como às disposições descritas no edital de Licitação, no Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, os quais, independentemente de transcrição, a este se integram.

1.3 - De acordo com o art. 6º da Lei nº 14.133/2021, inciso XXVIII, o objeto do presente contrato será realizado pelo regime de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA ESPECIFICAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

2.1 – Os serviços e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência – Anexo I.

2.2 - Local de Entrega: a entrega deverá ser realizada na sede do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná, em Curitiba, na Rua João Parolin nº 224 – Prado Velho, no **horário das 13h às 18h**, mediante prévio agendamento junto à Seção de Logística de Materiais - SLOGMAT, por meio dos telefones (41) 3330-8335 ou 3072-4879.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS ORIENTAÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA A EXECUÇÃO DO OBJETO E DO RECEBIMENTO

3.1 – As orientações e demais condições deverão ser prestados de acordo com o detalhamento previsto no Termo de Referência – Anexo I.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS

4.1– As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as condições da Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) estão discriminadas no Termo de Referência - anexo I.

4.2 – Manter, durante toda a execução dos serviços, as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA QUINTA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

5.1 – Os recursos serão destinados à contratação conforme abaixo:

Programa de Trabalho:;
Nota de Empenho:, emitida em;
Elemento de Despesa:;
Categoria Econômica: custeio;
Código Siasg: 15857

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA

6.1 - A contratação vigorará pelo período de **04 (quatro) meses**, a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do art. 111 da Lei nº 14.133/2021 ou rescindido antecipadamente, a critério da Contratante, nos termos da mesma lei.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO REAJUSTE E DA ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS

7.1 - Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 25.04.2024, nos termos do artigo 25 §7º da Lei nº 14.133/2021.

7.2 - Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

CLÁUSULA OITAVA: DO PAGAMENTO

8.1 – Pelo fornecimento do objeto ora contratado o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o valor total de **R\$** (.....), soma dos itens abaixo, conforme a seguir demonstrado:

Descrição	Unid. de medida	Qtd	Preço UNITÁRIO	Preço TOTAL
Manual do mesário (com 40 páginas)	unidade	66.400	R\$	R\$
Guia rápido do mesário	unidade	28.100	R\$	R\$
Cartilha acessibilidade	unidade	10.000	R\$	R\$
Folder acessibilidade	unidade	15.000	R\$	R\$
Ata de mesa receptora de votos	unidade	26.800	R\$	R\$
VALOR TOTAL				R\$

8.1.1- Dos itens e quantidades a seguir discriminadas:

a) Impressão, acabamento, embalagem e entrega do Manual do Mesário

a.1) Valor unitário da página – com até 5 (cinco) casas decimais: R\$

a.2) Valor de 1 (um) manual com 40 (quarenta) páginas (a x 40) – com até 5 (cinco) casas decimais: R\$

a.3) Valor total para 66.400 (sessenta e seis mil e quatrocentos) manuais com 40 (quarenta) páginas cada (a.2 x 66.400) – com, no máximo, 2 (duas) casas decimais: R\$.....

b) Impressão, acabamento, embalagem e entrega do Guia Rápido do Mesário

b.1) Valor de 1 (um) guia **com 4 (quatro) páginas** – com até 5 (cinco) casas decimais: R\$

b.2) Valor total para 28.100 (vinte e oito mil e cem) guias (b.1 x 28.100) – com, no máximo, 2 (duas) casas decimais: R\$.....

c) Impressão, acabamento, embalagem e entrega da Cartilha sobre Acessibilidade

c.1) Valor de 1 (uma) cartilha com 24(vinte e quatro) páginas – com até 5 (cinco) casas decimais: R\$

c.2) Valor total para 10.000 (dez mil) cartilhas (c.1 x 10.000) – com, no máximo, 2 (duas) casas decimais: R\$

d) Impressão, acabamento, embalagem e entrega do Folder de acessibilidade

d.1) Valor unitário do folder – com até 5 (cinco) casas decimais: R\$

d.2) Valor total para 15.000 (quinze mil) folders (d.1 x 15.000) – com, no máximo, 2 (duas) casas decimais: R\$

e) Impressão, acabamento, embalagem e entrega das Atas de mesa receptora de votos.

e.1) Valor unitário da Ata de mesa receptora de votos com 4 (quatro) páginas – com até 5 (cinco) casas decimais: R\$

e.2) Valor total para 26.800 (vinte e seis mil e oitocentas) Atas de mesa receptora de votos – (e.1 x 26.800) - com, no máximo, 2 (duas) casas decimais: R\$

VALOR TOTAL DA PROPOSTA (com somente duas casas decimais) = a.3 + b.2 + c.2 + d.2 + e.2 R\$

8.2 - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte, de todo e qualquer tributo e contribuições sociais, de acordo com os normativos legais que incidirem sobre o objeto.

8.2.1 - Quanto ao manual do mesário, respeitados os limites legais previstos na Lei nº 14.133/21 poderá haver aumento ou diminuição do número de páginas (devido a mudanças eventuais nas instruções das Eleições e/ou nos softwares). Em decorrência disto, somente serão pagas as páginas efetivamente solicitadas pelo gestor no decorrer da contratação.

8.3 – Do documento fiscal

8.3.1 - O documento fiscal deverá ser inserido em sistema informatizado indicado pelo fiscal/gestor do contrato da Sede do TRE/PR localizada na Rua João Parolin, 224 – Prado Velho – Curitiba/Paraná, direcionado à Seção de Logística de Materiais - SLOGMAT. No caso de nota fiscal eletrônica, esta poderá também ser encaminhada para o e-mail: slogmat@tre-pr.jus.br, caso não seja possível lançar no sistema.

8.3.2 - O CNPJ da empresa habilitada na contratação deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

8.3.3 - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) Data de emissão da nota fiscal;
- c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d) Descritivo do tipo de serviço prestado, valor unitário e valor total;
- e) Destacar a Lei nº 9.430/96, as alíquotas e o valor da retenção sobre o valor total da nota fiscal;
- f) Número do contrato e,
- g) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

8.4 - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte a prestação dos serviços.

8.5 - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os **seguintes prazos:**

8.5.1 - Prazo para atestado da Nota Fiscal: até 10 (dez) dias úteis a partir do aceite da nota fiscal pelos gestores deste TRE/PR.

8.5.2 - Prazo para pagamento da Nota Fiscal: até 10 (dez) dias úteis após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

8.5.3 - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será interrompido e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

8.5.4 - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo(s).

8.5.5 - Da correção monetária: na eventual ocorrência de atraso de pagamento e, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto, os encargos moratórios são devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, mediante solicitação formal da contratada, que será calculado por meio da aplicação da seguinte fórmula: **EM = I x N x VP**

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ (onde i = taxa percentual anual no valor de 6%);

$I = (6/100)/365$.

8.6 - Da regularidade fiscal:

8.6.1 - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

8.6.1.1 - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

8.6.1.1.1 - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo(s).

8.6.2 - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

- a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;
- b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;
- c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

8.6.2.1 - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1 – Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor, acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa, conforme especificado no Termo de Referência - Anexo I.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa;

III – impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

10.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

I – a natureza e a gravidade da infração cometida;

II – as peculiaridades do caso concreto;

III – as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV – os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V – a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.2.1 - Conforme o disposto no item 10.2, as infrações serão consideradas:

I - leve: inadimplemento ou falha contratual que, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarreta maiores consequências à sua continuidade.

II - média: inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar sua continuidade nem sua finalidade.

III - grave: inadimplemento ou falha que causar impacto à execução do contrato, alterando sua continuidade.

IV – gravíssima: Inadimplemento total, que acarreta paralização total da prestação dos serviços, recaindo em Extinção Contratual.

10.2.1.1. São condutas de natureza LEVE, passíveis de advertência:

	Relação de descumprimentos
1	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
2	Atraso em refazer os serviços de acordo com as especificações;
3	Falta de retorno às comunicações do TRE;
4	Descumprimento às normas de sustentabilidade especificadas no presente instrumento;
5	Encaminhar nota fiscal em desacordo.
6	Descumprir quaisquer das responsabilidades desta contratação, não previstas nos itens abaixo.

10.2.1.2. A sanção de multa será aplicada ao responsável por quaisquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, observando-se os seguintes parâmetros:

Graduação da sanção	Relação de descumprimentos (ocorrência)	Dosimetria e base de incidência
---------------------	---	---------------------------------

MÉDIA	<p>1. Atraso de até 05 (cinco) dias corridos na entrega do(s) item(ns), conforme item 1.3 do termo de referência.</p> <p>2. Atraso de até 07 (sete) dias em regularizar o objeto entregue em desacordo, seja do total ou parcial do quantitativo do item solicitado.</p> <p>3. Atraso de até 02 (dois) dias corridos para apresentar as provas de impressão (item 4.2 do TR) para quaisquer dos itens.</p> <p>Expirado o prazo definido, será considerada infração grave, aplicando-se o pertinente percentual.</p>	1% (um por cento) ao dia, sobre o valor total do(s) item(ns) pertinente(s)
	4. Descumprimento às obrigações inerentes à sustentabilidade (por ocorrência).	3% (três por cento) sobre o valor total do contrato
GRAVE	<p>1 - Atraso superior ao prazo definido para regularização e entrega do objeto em desacordo e/ou para apresentação das provas de impressão.</p> <p>2 – Acondicionar erroneamente as quantidades estabelecidas no Anexo II.</p> <p>3 - Não observância das normas relativas à Lei de Proteção de Dados Pessoais – Lei nº 13.709/2018, conforme item 07 do Termo de Referência – Anexo I.</p>	10% (dez por cento) sobre o valor TOTAL do contrato
	4 - Inadimplemento parcial do contrato, considerando-se descumprimento (não entrega ou não substituição) de quaisquer dos itens que compõem.	20% (vinte por cento) sobre o valor TOTAL do contrato
GRAVÍSSIMA	<p>1 - Indisponibilizar ou comprometer o andamento dos serviços eleitorais em decorrência de falha na execução do objeto, podendo resultar na extinção antecipada do contrato.</p> <p>2 - Inadimplência total do Contrato</p>	30% (trinta por cento) sobre o valor TOTAL do contrato

10.2.2. Será aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do §4º do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

a) inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: impedimento pelo período de até 1 (um) ano;

- b)** inexecução total do contrato. Penalidade: impedimento pelo período de 2 (dois) anos;
- c)** retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;
- d)** atraso injustificado superior aos prazos estabelecidos no item 10.2.1.2 e incisos do item 10.2.2, b. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos.

10.2.3. Será aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do §5º do Art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos de:

- a)** apresentar documentação ou declaração falsa. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;
- b)** praticar ato fraudulento. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;
- c)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;
- d)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos;
- e)** praticar ato lesivo previsto no artigo 5º da Lei nº 12846, de 1º de agosto de 2013. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos;
- f)** inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;
- g)** inexecução total do contrato. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;
- h)** retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos.

10.3. As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

10.4. A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.5. A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação.

10.6. A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores – SICAF.

10.7. As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº 75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 – artigo 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

10.8. A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

10.8.1. Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por

meio de GRU – Guia de Recolhimento da União.

10.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme artigo 158, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

10.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

10.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

10.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 - Ficarão o presente contrato extinto, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS

12.1 – Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/1990, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1 - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR. para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

13.2 - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo, em formato digital¹, para um só efeito legal.

Curitiba, de de 2024.

¹ Excepcionalmente poderá ser aceita assinatura em outro formato.

.....
Representante Legal
p/Contratada

Solange Maria Vieira
Diretora-Geral – TRE/PR
p/Contratante

Anexar ao contrato - Anexo I, II, IV